



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR: UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

FERNANDA DE ARAÚJO SATLER VILELA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR: UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Gestores, vinculada a Universidade
Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista em
Gestão Escolar.

Orientação: Rita Cristina Lima Lages

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR: UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

FERNANDA DE ARAÚJO SATLER VILELA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em 17 de julho de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professora Rita Cristina Lima Lages
(Orientadora)**

Belo Horizonte, 17 de julho de 2013

Dedico este trabalho ao meu filho Fred e meu marido Fabrício, que compreenderam minhas ausências para que eu pudesse concluir este trabalho com louvor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque “tudo posso naquele que me fortalece.”

Ninguém é tão sábio que não tenha algo para aprender e nem tão tolo que não tenha algo a ensinar.

Blaise Pascal

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa sobre gestão democrática educacional. O objetivo é entender como se efetiva a gestão democrática nas instituições públicas de ensino no Brasil e conhecer melhor um dos instrumentos para sua concretização, os conselhos escolares.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira e, entre eles, está a gestão democrática, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. A gestão democrática consiste na organização do funcionamento da escola pública, com a finalidade de dar transparência às suas ações e possibilitar à comunidade escolar a participação da mesma neste processo (Brasil, 2006). A gestão democrática tem sido defendida com o objetivo de garantir a participação da coletividade e a transparência das ações públicas, de modo que todos possam ser fiscais e, ao mesmo tempo, responsáveis pela educação brasileira.

Este trabalho retratará, também, como que o conselho escolar tem se apresentado na prática do dia-a-dia escolar, tomando como exemplo uma escola pública, de ensino fundamental, do município de Ipatinga, Minas Gerais.

Palavras-chave: Escola, coletividade, gestão democrática, participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.....	9
O DESAFIO DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	18

INTRODUÇÃO

A educação é um bem público, cercado de proteção (Cury, 2005), e segundo o art. 205 da Constituição Federal é direito do cidadão, além de se ser voltada para a transformação social, primando pela democracia. Por isso, é dever do cidadão acompanhar o cumprimento das leis que a regem. Neste sentido, é que entra o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, o qual é complementado pelo artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), que diz que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, o que demonstra a garantia de autonomia da escola, conforme art. 15 da LDB e II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A implementação do processo de gestão democrática tem sido entendida como uma necessidade no sentido de redirecionamento dos novos marcos de gestão, cuja ênfase recai sobre novos procedimentos e transparências nas ações (Dourado et al¹). A lei não conceitua a gestão democrática, mas define elementos básicos para a sua consecução, ficando claro que é aquela gestão em que todos os segmentos da comunidade escolar (funcionários, alunos, pais de alunos e parceiros da escola) discutem, planejam, acompanham, avaliam e solucionam problemas em conjunto, respeitando as normas construídas coletivamente e garantindo o amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (Souza et al).

Segundo Navarro (2006), a LDB estabeleceu os conselhos escolares como representação da comunidade, dentro das instituições públicas. Essa forma de participação reforça os interesses coletivos da ação pública e constitui um mecanismo político de superação da centralidade do poder instituído nas escolas. A implementação dos conselhos escolares permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Conforme a Constituição Federal, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, o que demonstra a garantia de autonomia da escola, conforme art. 15 da LDB e II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, as ferramentas principais para se constituir uma escola com gestão democrática são o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as instituições coletivas, sendo estas representadas pelo Grêmio Estudantil, Caixa Escolar, Associação de pais e Mestres e Conselhos Escolares, que são as mais comuns, e, este último o objeto, de discussão deste trabalho. Estas organizações respondem às diferentes necessidades administrativas, financeiras e pedagógicas e, ainda, às atividades socioculturais da unidade escolar. Vale ressaltar que, quanto maior a participação dos sujeitos da escola, maiores são as possibilidades de acerto nas decisões a serem tomadas e efetivadas.

O Conselho Escolar deve ser o espaço onde se discutem as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica da escola. Nesse sentido, o Conselho Escolar têm funções deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora. A composição do Conselho Escolar é variada, dependendo do Regimento Comum da unidade de ensino. Entretanto, a maioria tem como representantes os seguintes segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários.

Segundo Dourado (2006), a defesa da criação dos Conselhos Escolares vincula-se ainda à crença dos educadores de que a constituição de órgãos de participação da comunidade traz a possibilidade de os sujeitos envolvidos direta e indiretamente com a educação escolarizada participem de forma efetiva das discussões sobre a concepção de educação e do planejamento da educação que temos e da construção da educação que queremos.

A afirmação dos conselhos escolares dentro das instituições públicas de ensino, no Brasil, é tão importante para o processo de constituição da gestão democrática das escolas, que o Ministério da Educação lançou o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com o objetivo de ampliar o conhecimento e a participação da comunidade escolar na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas. Este programa constituiu de várias estratégias para qualificar a atuação dos conselheiros escolares, entre elas: curso a distância, parcerias entre as secretarias municipais e estaduais e o Ministério da Educação, confecção e divulgação de material didático produzido especificamente para o programa e encontros nacionais de formação com o objetivo de trocar experiências.

Conforme o art. 14 da LDB, os conselhos escolares são concebidos como estratégia de gestão democrática, tendo como pressuposto o exercício do poder pela participação. É preciso deixar claro que os conselhos não falam pelos dirigentes, mas aos dirigentes em nome da sociedade, é um instrumento de tradução do anseio da comunidade.

Ainda de acordo com Dourado et al, a democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola e no apoio efetivo da comunidade às escolas.

A escola deve contribuir para a democratização da sociedade, após os longos processos históricos de luta sofridos contra a ditadura. Aliás, ela é espaço privilegiado para o exercício desta cidadania, comprometida com a maioria socialmente excluída. Mas para que essa democratização da sociedade pela escola aconteça, a escola precisa ser gerida democraticamente também.

O DESAFIO DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

A escola se encontra hoje numa sociedade transformada, que tem novos princípios e que conhece seus direitos e procura lutar por eles. Desse modo, a escola, conforme MEC (2006), não é mais gerida segundo a concepção patrimonialista do bem público, da apropriação, que leva ao jogo de interesse dos donos do poder. Ao contrário, ela é concebida como pertencendo ao público, à cidadania, considerando-a sob o ponto de vista democrático.

Contudo, para que a escola seja realmente gerida de forma democrática, faz-se necessária uma mudança de paradigma no que tange à gestão. Neste caso, quem dirige a escola não é o dono do poder, e o faz a serviço e sob o interesse da coletividade. O mesmo raciocínio vale para os integrantes dos conselhos escolares.

Segundo Fonseca (1997 apud Navarro, 2006), a construção de uma cultura democrática só é possível a partir de práticas democráticas. Os princípios e as regras que norteiam esta prática, embora ligados à natureza universal dos valores democráticos, têm uma especificidade intrínseca à natureza e ao projeto de cada escola. A escola não é democrática só por sua prática administrativa. Torna-se democrática por suas ações pedagógicas e essencialmente educativas.

Desse modo, somente conseguiremos romper com este paradigma de pertença da escola à cidadania se seus agentes e sujeitos se apropriarem de novos fundamentos e se identificarem ao seu projeto educacional. As pessoas somente se comprometem com aquilo em que acreditam, com aquilo que lhes diz respeito e faz sentido para as suas vidas.

Portanto, implantar estes órgãos colegiados, com a eleição de seus membros, tornando a gestão da escola autônoma e democrática, gera desafios. A princípio, trazer a comunidade escolar para a tomada de decisões requer da mesma a predisposição para a divisão das responsabilidades da escola, que passa a não ser exclusividade do gestor. Como dito anteriormente, os sujeitos do processo educativo devem se identificar com o projeto da escola, para nela participarem com prazer, e não com a obrigação do dever fazer.

Ocorre que, de acordo com MEC² (2004), o Conselho Escolar possui uma característica própria que lhe dá a dimensão fundamental: ele se constitui uma forma

colegiada da gestão democrática. Portanto, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam, para, juntos, construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as conseqüentes responsabilidades.

Infelizmente, as precárias condições nas quais se encontram a educação pública brasileira, como a falta de recursos materiais, infraestrutura precárias das construções, desvalorização dos profissionais do magistério, descaso das famílias e influências do meio social na vida escolar dos alunos, provocam insatisfação e desmotivação nestes agentes que deveriam juntos gerir a escola. Desse modo, a escola é, muitas vezes, considerada como democrática porque a escolha de seus dirigentes foi realizada através de eleição pela comunidade escolar, há a construção do PPP, que fica engavetado e existe o conselho escolar por exigência das secretarias de ensino.

Assim, a organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido um mal: o de criar instituições meramente “cartorárias”, (Nunes, 199 apud Souza, 2005). A busca pela participação das pessoas na gestão da escola se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.

Uma pequena pesquisa realizada em três diferentes escolas públicas da rede Municipal de Ipatinga (Assis, 2012), em forma de entrevistas com dez pessoas dos diversos segmentos da comunidade escolar, mostrou que falta muita informação dentro das escolas sobre estes órgãos colegiados. Os funcionários principalmente, em sua maioria, já ouviram falar, mas não se arriscam dizer o que é e como se forma, além disso, com exceção de um entrevistado, todos os demais (9) no total, após entenderem o que são tais órgãos, não gostariam de participar, pois as reuniões ocorrem sempre extra turno e não são remuneradas, além da grande responsabilidade fiscal que o processo envolve.

Trabalho na Escola Municipal Altina Olívia Gonçalves, situada no bairro Iguaçu, em Ipatinga-MG, onde atuo na vice-diretora. A escola possui, aproximadamente, 130

funcionários e 950 alunos atendidos nos três turnos, no Ensino Fundamental e EJA. Estes são, na sua maioria, provenientes do próprio bairro, de uma região menos favorecida economicamente e com grandes problemas sociais. Entretanto, a escola está bem localizada, entre empresas de médio porte, comércio bem desenvolvido, instituições como o Lions Clube e Igrejas, sendo que alguns destes são parceiros da escola. Na Escola Altina, há o Conselho de Classe, o Conselho Escolar e a Caixa Escolar, além da construção do Projeto Político Pedagógico ser realizada em conjunto com a participação de toda a comunidade escolar.

Entretanto, como dito anteriormente, há uma resistência muito grande, nesta escola, na participação em tais órgãos colegiados, visto que a maioria dos funcionários trabalha oito horas diárias e não quer compromisso com a escola depois deste tempo e pelo fato dos pais e alunos também não buscarem parceria com a escola além daquela em sala de aula. Desse modo, a eleição dos membros é quase que uma indicação, seguida da imploração do gestor pela participação das pessoas e muitas vezes, nas reuniões, não se tem a presença de todos, o que leva falta de informação do próprio membro.

O que se evidencia, na prática desta escola, é que o conselho escolar existe porque é uma exigência da secretaria de educação municipal, de modo a garantir o cumprimento da lei, em termos da gestão democrática. Dessa forma, o gestor convida insistentemente os funcionários a participarem das reuniões do conselho, os quais resistem muito, pois sabem que a sua presença na reunião poderá desencadear um convite para indicação a membro do conselho. O segmento de pais acaba sendo representado por aqueles pais que estudam na escola, na EJA, e são ao mesmo tempo pais de alunos do diurno, pois são aqueles pais com os quais a escola consegue entrar em contato mais facilmente. E o segmento de alunos acaba sendo representado também por aqueles que estudam no horário em que a reunião está acontecendo, pois desse modo, o mesmo já está na escola, tornando mais fácil sua presença na reunião.

Notavelmente, o corpo docente sofre com a desvalorização profissional e acredita que estes conselhos só servem para cumprir com burocracias, além de requerer disponibilidade de tempo sem nada, financeiramente falado, em troca. O segmento de pais, na sua grande maioria, devido principalmente ao baixo grau de

instrução dos mesmos, não acompanham nem a vida escolar de seus filhos, o que diremos de um conselho escolar, que é algo “extra” e que ainda gera responsabilidades. E os alunos, finalmente, devido ao exemplo que recebem de casa, também não demonstram interesse em participar destas associações, aliás, até cumprir com as obrigações rotineiras de aluno apresenta-se cada vez mais difícil.

Portanto, com este exemplo, verificamos que o conselho escolar exige de seus membros, conforme afirma Dalmás (1994), um partilhamento de poder, participação, descentralização, diálogo e trata-se de um compromisso com a disponibilidade. Entende-se que é fundamental a predisposição de seus membros em ceder tempo para a elaboração, execução e avaliação do planejamento escolar, em vistas a uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o Ministério da Educação (2004), compreendendo a educação como prática social que visa o desenvolvimento cidadãos conscientes, autônomos e emancipados e entendendo o Conselho Escolar como um mecanismo de gestão democrática colegiada, sua função básica primordial é a de conhecer a realidade e indicar caminhos que levem à realidade desejada. Vale dizer, então, que a principal função do conselho escolar é político-pedagógica.

Reconhece-se que os órgãos colegiados auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola. Todavia, como evidencia Souza (2005), de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola, ou dos estudantes e de seus familiares, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas.

Neste trabalho foi possível conhecer um pouco do funcionamento do Conselho Escolar da Escola Altina, uma escola pública, do município de Ipatinga-MG, com aproximadamente 950 alunos, os quais vivem num meio social com diversos problemas socioeconômicos, que dificultam o processo de ensino-aprendizagem, além de não garantir a presença da família neste órgão colegiado.

Foi visto, na escola tomada como exemplo, a questão da mera criação de entidades “cartorárias” (Souza, 2005), as quais existem por uma exigência da secretaria de ensino, mas que na prática, funciona muito precariamente porque os atores da escola ainda não reconhecem a importância e o papel do mesmo dentro da dela e como instrumento de cidadania, capaz de provocar a formação de sujeitos mais conscientes de seus atos na sociedade.

Conclui-se que as políticas educacionais na área da gestão escolar são excelentes, pois trata da educação com suas especialidades e não como uma administração empresarial, onde os fins são facilmente mensuráveis e identificáveis (Dourado et al). Além de trazer os demais funcionários e cidadãos comuns pra dentro da escola, para gerir a mesma, garantindo sua eficiência junto com o diretor e garantindo a execução dos seus direitos. Contudo, há os desafios de sua

implementação, porque não depende somente do gestor, que ao assumir a função, toma pra si a responsabilidade de agir em conformidade com a lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Edna Mônica et al. **Gestão e Planejamento Escolar**. UFOP, Ipatinga, 2012.
- BRASIL. **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**: promulgada em cinco de outubro de 1988: atualizada até a Ementa Constitucional n. 20, de 15-12-1998. São Paulo: Saraiva 1999.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: Escola de gestores, 2005. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4424&advanced=0&paging=&page=2>>. Acesso em 06/11/2012.
- DALMÁS, Ângelo. Planejamento participativo na escola. Elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ. Vozes, 1994. p. 42.
- DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4441&advanced=0&paging=&page=1>>. Acesso em 06/11/2012.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília, 2006.
- Ministério da Educação e Cultura¹. Secretaria de educação básica. **Conselhos Escolares**: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília, 2004. p. 23-27.
- Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Caderno 2. Brasília, 2004. p. 18.

NAVARRO, Ignez Pinto. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB/CEAD, 2006, p.22.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655 Acesso em 05/06/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Ministério da Educação e Cultura. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13884> Acesso em 05/06/2013.

ANEXO



ESCOLA ESTADUAL DOUTOR QUERUBINO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CRISTIANE DE CASTRO MOREIRA LANA

FERNANDA DE ARAÚJO SATLER VILELA

IVONE ROSA FERREIRA DE SÁ

JUCELHA APARECIDA NUNES ANDRADE FARIA

CORONEL FABRICIANO, 2013

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR QUERUBINO

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA ESTADUAL DR QUERUBINO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CORONEL FABRICIANO, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	10
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULO.....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

“[...] a escola seja palco de inovações, investigações e grandes ações fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação.” (VEIGA, 1996, p. 31).

O presente documento, discutido e reelaborado com a participação dos diversos segmentos da escola, propõe apresentar as discussões e propostas a serem implementadas no período de 2013 a 2014. Discussões essas realizadas no 2º semestre de 2012, tendo em vista à necessidade de atualização da proposta pedagógica da escola, em atendimento as novas demandas legais e contextuais.

A Escola Estadual Doutor Querubino, situada à Rua Ephrem Macedo, 616, Bairro dos Professores, Coronel Fabriciano, Minas Gerais, CEP 35170-006, telefone: (31)3841-2648 email: escola.190861@educacao.mg.gov.br tem como marco de criação o Decreto 2610/68 de 22/02/68 e a Resolução 7363/94 de 26/02/94.

A Escola foi instalada em 15/02/1968 e criada pelo Decreto N° 2.610, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicado no MG de 22/12/1968. Não possuindo prédio próprio a Escola Estadual Doutor Querubins começou a funcionar num prédio cedido pela prefeitura local, situado no Bairro Nossa Senhora do Carmo e em uma sala cedida pela Igreja Metodista, situada à Rua Marechal Floriano.

Em 1969, a escola funcionou no prédio do Colégio Comercial Imaculada, à Rua do Convento, alugado pelo Estado. Em 1970 e 1971, transferiu-se para salas alugadas à Rua Marechal Floriano, N° 459. Em 1972, transferiu-se para um prédio a Rua Moacir Birro, N° 576, também alugado pelo Estado, funcionando, ainda, em 02 (duas) salas cedidas pelo Vigário da Paróquia, à Rua Doutor Querubino. Em setembro de 1975, a escola passou a funcionar no prédio de propriedade do Instituto Cultural de Coronel Fabriciano, à Rua São Sebastião, N° 101, Bairro Centro, alugado pelo Estado, funcionando em 02 (dois) turnos, com 03 (três) salas de aula, secretaria, instalações sanitárias (masculino e feminino) e uma cantina.

Destacou-se o empenho do Senhor Mariano Pires Pontes, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, em 1982, para a construção do prédio. Em 1983, a escola transferiu-se para o prédio à Rua Ephrem Macedo, N° 616 Bairro dos Professores,

com 05 (cinco) salas de aulas, funcionando em 02 (dois) turnos num total de 10 (dez) turmas. O prédio foi entregue em 03/02/1983, contendo as seguintes dependências: Diretoria, Secretaria, Sala dos Professores, Sanitários (masculino e feminino), 01 (um) sanitário para pessoal técnico e administrativo, Biblioteca, Área coberta, Área livre, Cozinha, Almojarifado e 05 (cinco) salas de aula. A mudança do prédio foi autorizada pela SEE/MG e publicada no jornal MG de 14/01/84, página 35, coluna 03.

Em 1986, com o empenho da Superintendência Regional de Ensino e Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, construiu-se mais 01 (uma) sala de aula e, em 1988 o prédio foi acrescido de mais 02 (duas) salas de aula com verba da SEE/MG, totalizando 08 (oito) salas de aula funcionando em 03 (três) turnos. Em 1994, pela Resolução da SEE/MG N° 7363/94 criou-se a extensão de série, autorizando o funcionamento do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 8º ano a partir de 1995 e 9º ano a partir de 1996.

Ao longo dos anos a Escola Estadual Doutor Querubino passou por reformas e ampliações em sua rede física (construção de salas, banheiros, biblioteca, cobertura da quadra, dentre outras) para atender as necessidades da demanda apresentada pela Comunidade atendida.

Por ser a referida escola a única a oferecer, no centro da cidade de Coronel Fabriciano, o Ensino Fundamental completo, e atender a vários bairros no entorno, ainda faz-se necessária outra reforma e ampliação do espaço físico, pois a escola, no momento não conta com espaço para sala de informática, sala de professores, dentre outros.

A escola atende a alunos provenientes de área de vulnerabilidade social e com pouco acompanhamento familiar, o que exige da escola um maior empenho para o alcance de suas metas. A escola atende atualmente 660 alunos. É considerada uma escola estratégica devido aos resultados insatisfatórios nas avaliações externas.

Na Escola Estadual Doutor Querubino todos os professores, num total de 28 possuem curso de graduação e muitos, pós-graduação, sendo efetivos ou efetivados pela Lei Complementar N° 100/2007. Além disso, a equipe diretiva é composta por um diretor, um vice, três coordenadores pedagógicos e mais 17 funcionários sendo esses auxiliares de secretaria, faxineiros e cantineiras.

Observa-se, como ponto forte desta escola a grande procura de vagas pelas famílias, garantindo a sua demanda. Vale salientar, também, o trabalho de incentivo à leitura que a escola tem proposto como o *Pit Stop* (momento de Leitura) e A Mala Viajante.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Escola Estadual Dr. Querubino, vem sendo realizada através da gestão democrática e colegiada. Pois, sabemos que é preciso pensar junto os problemas que envolvem nossa escola e ajudar a encontrar soluções que venham a favorecer a todos que sejam mais adequados às necessidades dos alunos. Assim, criamos na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a comunidade escolar tem a dizer.

Começamos a elaboração do PPP, convidando a comunidade da escola e assim aplicamos o IQE (Indicador de Qualidade da Escola), pois esse tipo de trabalho fornece condições para que a escola se conheça melhor e formule propostas de melhorias, além do que lhe oferece também um instrumento de controle democrático das políticas públicas.

Esse IQE é tido como um instrumento de avaliação e cujo objetivo é identificar os objetivos propostos pela escola e os resultados alcançados até então, identificando se os problemas foram ou não resolvidos e saber a razão destes resultados.

Durante a avaliação institucional da Escola Estadual Dr. Querubino, começamos a elaborar o PPP, com práticas democráticas, coletivas e dialogadas. Além disso, a equipe diretiva procurou trabalhar de forma democrática e colegiada e não centralizando as decisões.

Os pais, alunos, serviçais, secretarias, professores, pedagogos e direção foram divididos em seis grupos e cada grupo respondeu um questionário abrangendo um segmento da escola, desde o pedagógico até a rede física. As respostas consistiam em marcar uma das três cores, vermelha (o que precisa melhorar), amarela (o que se encontra mais ou menos) e verde (o que está bom). E deveriam responder logo a baixo o porquê daquela resposta. Depois foram reunidos novamente em uma assembléia geral e cada item foi apresentado aos outros grupos.

Depois com um grupo menor de funcionários, através desse IQE começamos a trabalhar na elaboração do PPP.

Após ficar pronto, convidamos novamente a comunidade, dividimos em grupos e cada grupo analisou um item. Depois disso, reunimos em assembléia e esse grupo apresentou para os outros que avaliaram como positivo na escola e o que precisava ser modificado.

Finalmente, reunimos com os coordenadores pedagógicos, colegiado e direção e construímos o nosso PPP.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Querubino em consonância com os pressupostos legais, quer seja nacionais ou estaduais, emanadas do Conselho Nacional e Estadual de Educação e as normas do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, considera como princípios norteadores de suas ações pedagógicas, os princípios éticos, políticos e estéticos, tendo em vista a necessidade de trabalhar, de forma articulada, as dimensões do educar e do cuidar.

A escola tem como missão proporcionar uma educação de qualidade, enfocando a realidade do aluno, suas perspectivas, saberes e necessidades, bem como oferecendo condições para ampliação desse universo cultural e garantia de resultados satisfatórios.

Como visão espera-se que a escola cumpra a sua função social e alcance resultados satisfatórios em todos os níveis de ensino, com o envolvimento de todos os profissionais, no cumprimento de todas as metas em consonância com as legislações vigentes pré-estabelecidas pela SEE/SER (Secretaria Estadual de Ensino/ Superintendência Regional de Ensino).

A equipe da Escola Estadual Doutor Querubino acredita que “a união faz a força”, mas ela continua valendo, desde que juntos façamos força para um mesmo lado, que nossos esforços se unam para alcançarmos os nossos objetivos.

Cada vez mais fica evidente a importância de que a escola tenha uma visão definitiva do que quer e conheça a exata dimensão da distância entre a escola real e a escola ideal, para que se produzam propostas palpáveis, e possíveis.

Essa ação de planejar e intervir adequadamente garante sucessos, define desempenhos e responsabilidades, alivia tensões, gera confiança e isso tudo desencadeia a auto-estima tão necessária para que se goste do que se faz.

A partir do “gostar”, o “querer” passa a tomar conta de cada um e de todos. É neste empenho que a Escola Estadual Doutor Querubino esforça-se em se destacar entre as melhores instituições educacionais, procurando constantemente propiciar condições físicas, pedagógicas para que os processos de ensino-aprendizagem possam se desenvolver em ambiente adequado: subsidiando a tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos; dinamizando conteúdos, mudando visões e abrindo alternativas constantes para o

desenvolvimento profissional e social de todo corpo docente; promovendo a distribuição dos recursos financeiros de maneira a atender toda a necessidade da escola. Acreditamos que buscar uma escola de qualidade é tarefa e uma necessidade de todos os envolvidos no processo educacional.

A Escola se baseia nos princípios que norteiam a Gestão das Escolas Estaduais e que fundamentam o nosso trabalho. Princípio da participação, transparência, da autonomia, da liberdade de expressão, da equidade, da descentralização administrativa.

O desenvolvimento organizacional requer mais do que uma boa convivência social. Apesar da importância das relações interpessoais no desenvolvimento da instituição, é importante considerarmos outros elementos como competências pessoais, a formação profissional, os planos de trabalho de cada um.

É nessa interação, que a teia da convivência, da partilha, das experiências, do conhecimento se constrói. A gestão de pessoas pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Estadual Dr. Querubino, procura trabalhar de forma democrática e colegiada e não centralizando todas as decisões nas mãos da direção; e mesmo tendo sendo uma escola que se encontra com uma infraestrutura ruim, pode sim, ter um ensino de qualidade onde os alunos e toda a comunidade escolar gostam de frequentar, e que tem embutido o sentimento de que a escola é deles.

A Escola Estadual Dr. Querubino, localiza-se no centro da cidade de Coronel Fabriciano, porém a sua clientela são alunos que moram em zonas de risco social em três bairros críticos da cidade onde há alto índice de assassinatos, problemas com drogas e prostituição.

A escola há mais de 30 anos não recebe uma reforma em sua rede física, se não fosse pela contribuição dos pais estaria funcionando em condições precárias. Alguns pais têm a consciência de que precisam ajudar a escola e não podem esperar tudo do poder público. Dessa forma, a escola compra os materiais necessários e os pais e familiares de alguns funcionários fazem em regime de mutirão os serviços de pequenos reparos de forma voluntária.

A escola possui uma cantina que não atende de forma adequada aos alunos, com um refeitório que cabe somente 30 alunos por vez, sendo que toda a merenda é servida no recreio durante 15 min. Todos os 350 alunos devem alimentar de uma só vez, o que os leva a sentar na escada, ou até muitas vezes no chão. A biblioteca também é sala de vídeo e sala dos professores; a escola também não possui laboratórios, tem apenas um banheiro para os cinquenta e três funcionários.

Para os trezentos e cinquenta alunos por turno, temos seis banheiros sendo três femininos e três masculinos. Quando a escola foi construída ela só oferecia os anos iniciais do ensino fundamental, porém hoje a clientela cresceu tanto que funciona de 1º ao 9º ano e com salas superlotadas, ao total são 10 salas todas funcionando nos dois turnos sendo no turno matutino duas salas de 6º ano, três salas de 7º ano, três salas de 8º ano, duas salas de 9º ano. No turno vespertino uma sala de 1º ano, duas salas de 2º, duas salas de 3º, duas salas de 4º, duas salas de

5º, uma sala de 6º. Cabe ressaltar que a escola funciona das 7 h às 11h25min e das 13h às 17h 25min com 15 min. para intervalo.

Apesar das salas superlotadas, acreditamos que oferecemos um ensino de qualidade, ou a escola não estaria tão cheia, sendo que próximo a nós existem duas escolas, que oferecem os mesmos serviços educacionais.

Hoje, contamos com um quadro composto por dez professores de anos iniciais e dois bibliotecários sendo um em cada turno, dezenove professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, todos os professores possuem habilitação específica para os conteúdos que ministram e para as séries de atuação.

Além disso, a escola tem dois pedagogos um em cada turno, cinco auxiliares de secretaria, uma secretaria e oito ASBS (auxiliares de serviços gerais), um vice diretor e um diretor. Também a escola possui um colegiado, representados pelos segmentos de pais e funcionários.

Os pais são convidados a virem à escola, não só para participar de comemorações, mas para ajudar em toda e qualquer rotina da escola. As mães dos alunos do turno vespertino, por exemplo, ajudam na entrada dos alunos, e na hora do recreio dos mesmos. Nas reuniões dos colegiados escolares ou reunião de pais, as mães são convidadas a vir ajudar à escola; aquelas que não trabalham fora se prontificam e ficam na escola das 15h até 16 h, ajudando a monitorar as atividades liberadas durante o recreio.

Desde janeiro de 2012, a Escola Estadual Dr. Querubino, sempre procura trabalhar de forma democrática e colegiada e com isso, estamos sentindo que a comunidade está voltando a frequentar a escola e não vindo somente para a reunião bimestral, e até mesmo os funcionários ficam mais a vontade para dar sugestões, pois sabem que serão ouvidos.

Merece destaque os entraves que encontramos na gestão democrática financeira e muitas vezes não atende as necessidades da escola. A situação se agravou devido à quase extinção do RDA (Recursos Diretamente Arrecadado), pois as escolas estaduais não podem mais angariar recursos próprios através de vendas, rifas, etc.

Atualmente, as escolas estaduais só podem contar com doações voluntárias dos pais, isto é, não pode ser exigida nenhuma contribuição financeira do aluno. Entretanto, as famílias ainda não estão conscientes que devem ajudar a escola que o filho estuda, e por isso, a contribuição esse ano foi praticamente zero.

Por mais que se fale em gestão democrática financeira o diretor e o seu colegiado não têm total autonomia sobre os recursos, os recursos que vem para as escolas já são pré - definidos com o que deve ser gasto durante o ano. Um exemplo recente disso foi um valor recebido pra compra de carteiras e cadeiras. Mesmo se a escola não estiver precisando das carteiras, mas estiver com falta enorme de cadeiras, não se pode comprar tudo em cadeiras, e sim seguir o plano de trabalho que já vem definido quando há a assinatura do termo de compromisso.

Enfim, os governos estadual e federal, dependendo da origem da verba, deveriam rever o valor dos recursos, diminuir um pouco a burocratização para contratar funcionários autônomos, e aumentar a autonomia do diretor e de seu colegiado.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Escola funciona em dois turnos: matutino das 7h às 11h e 25min, vespertino, das 13h às 17h e 25min.

A escola atende 649 alunos do ensino fundamental. No matutino há 372 trezentos e setenta e dois alunos distribuídos em 10 dez turmas, sendo duas turmas do 6º ano, 03 três turmas do 7º ano, três turmas do 8º ano, duas turmas do 9º ano.

No vespertino há 277 alunos distribuídos em 10 turmas, sendo uma turma do 1º ano, duas turmas do 2º ano, duas turmas do 3º ano, duas turmas do 4º ano, duas turmas do 5º ano e uma turma de 6º ano.

Na quarta-feira no turno noturno das 17h 30min às 18h 30min funciona o plantão pedagógico dos professores dos anos iniciais, na própria escola. Durante o horário do plantão há estudo de resoluções, rodas de conversas, estudo do CEALE (eixo Norteador do trabalho dos professores dos anos iniciais), entre outros. Os professores dos anos finais têm plantão pedagógico durante o horário vespertino e por área de conhecimento.

A escola trabalha com reuniões mensais, chamadas de modulo II coletivo, onde planejam, estudam resoluções, onde há discussões em prol do melhoramento das praticas educativas, e alem dessas reuniões a direção, as pedagogas, e a secretaria, também se reúnem uma vez por mês para analisar as atividades já realizadas e programar as do mês atual.

A relação entre Administração, Pedagogos, Professores e Equipe de Apoio será o principal eixo pelo êxito ou fracasso, para a melhoria da qualidade do ensino nesta escola. A maioria dos profissionais sugere aulas mais criativas, capacitação dos professores frente aos problemas detectados, trabalho de equipe, projetos, encontros por área nos horários destinados ao cumprimento do Módulo II.

Para adaptar o currículo desenvolvido pela Escola comprometido com as transformações ocorridas na sociedade e na vida de nossos educandos é urgente que se defina uma proposta pedagógica coerente com a realidade e que haja realmente trabalho de equipe, capacitação em serviço e que todos aceitem e acatem mudanças e que trabalhem através de oficinas, seminários, palestras, jogos, debates e que se promovam aulas problematizadoras contextualizadas, além de integrar a escola com a comunidade através de parcerias.

Há que se organizar a escola de tal forma que o processo de construção do conhecimento enfocado numa avaliação diagnóstica, seja contínuo, progressivo e processual. Percebemos a necessidade de elaboração de um projeto de ensino e de aprendizagem de leitura mais coerente com a realidade dos alunos, que desperte o interesse pela leitura, através de atividades significativas, de valorização dos seus conhecimentos e vivências e, principalmente, da ampliação e enriquecimento de suas práticas de leitura.

Isto implicaria na elaboração de propostas de capacitação dos docentes em conhecimentos relativos aos processos de ensino e de aprendizagem da leitura, refletindo sobre sua própria prática pedagógica, sobre seus “erros” e seus “acertos”.

3. CURRÍCULO

De acordo com os PCN's (1998), o currículo deve ser selecionado e trabalhado de forma que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo respeito.

De acordo com Moreira e Silva (2002, p.7), o currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para as questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas.

Ainda citando Moreira & Silva (2002, p.7), nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultura. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado de relações de poder e transmite visões sociais particulares e interessadas, além de produzir identidades individuais e sociais particulares.

Ressalta-se que é a forma como se seleciona e pratica este currículo que pode levar à construção de uma escola diferenciada e que atenda as suas especificidades. Pois, vai depender dos ideais que forem determinados no currículo e a serem trabalhados.

Há que se considerar que na escola os indivíduos atuam ativamente no processo de ensino aprendizagem, influenciando no desenrolar do mesmo, podendo levar a resultados positivos ou não. Moreira e Candau (2007, p.18) entendem ser o currículo: “[...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”.

Outro fato relevante é que o currículo deve ser praticado de forma que o aluno consiga se posicionar de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Fica evidente que é importante saber selecionar o que vai ser trabalhado, considerando a realidade dos alunos e utilizando metodologias que façam o ensino ser significativo e prático para os mesmos.

O professor passa a ser visto agora como parte ativa no desenvolvimento das condutas, encorajando os alunos nas descobertas das relações entre o saber sistematizado e sua experiência social.

Na escola Estadual Dr. Querubino, os educadores priorizam os alunos a todo o momento. No início do ano os professores aplicam diagnósticos em todas as turmas para saber quais conhecimentos seus alunos já se apropriaram e quais ainda não. Depois disso, os professores se reúnem mensalmente em um grupão e semanalmente por área, para discutir quais estratégias que irão adotar para ajudar seus alunos.

Uma das maneiras que funciona na escola, e que é adotado por toda instituição é o PIP (Plano de Intervenção pedagógica), onde além dos professores, os pedagogos, professores no uso da biblioteca e eventual, ajudam no reformo escolar, durante o ano todo, e os alunos são reavaliados mensalmente pra analisar se já houve apropriação do conhecimento necessário.

Outro exemplo que podemos citar de intervenção é o caso da professora de matemática que depois de várias tentativas percebeu que o que funciona com seus alunos é um caderno a parte, chamado por eles de caderno de reforço escolar, onde eles fazem diversas atividades extras e ela recolhe no fim de semana.

Outra professora que também apresenta êxito ao trabalhar o currículo é a de português que trabalha com painel de notícias em cada sala, onde os alunos têm que se inteirar das notícias que o os outros grupos colocaram no painel, e ao mesmo tempo falar e discutir sobre ele.

Portanto, os educadores, pedagogos e a direção da escola estadual Dr. Querubino estão sempre procurando formas diversificadas para trabalhar o currículo de forma que atenda as reais necessidades de seus alunos.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando, conforme art. 32 da LDB 9394/96:

- I- Desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III- A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumento para uma visão crítica do mundo.
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental, com duração de nove (9) anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos seqüenciais, conforme a resolução SEE nº 2197/2012.

- I- Ciclo da Alfabetização, com duração de três (3) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano.
- II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano.
- III- Ciclo Intermediário, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 6º e 7º ano.
- IV- Ciclo da Consolidação, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento. Os Ciclos Intermediários e da Consolidação devem ampliar e intensificar gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental.

Os componentes curriculares do Ensino Fundamental, as áreas de conhecimento são:

- 1- Linguagens,
- 2- Língua Portuguesa,
- 3- Língua Materna,

- 4- Língua Estrangeira Moderna,
- 5- Arte,
- 6- Educação Física,
- 7- Matemática,
- 8- Ciências da Natureza,
- 9- História,
- 10-Geografia,
- 11-Ensino Religioso.

A Escola Estadual Dr. Querubino tem criado estratégias para melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

Além disso, tem desenvolvido projetos monitorados e avaliados, trabalho diversificado, contextualizado, com atividades desafiadoras, oportunizando ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ler, escrever, interpretar, calcular, promovendo o resgate da sua auto-estima, minimizando assim os problemas sócio-educacionais vivenciados por eles.

Nessa escola, nos anos iniciais, após o diagnóstico trimestral, o professor eventual, a bibliotecária e a pedagoga, trabalham com reforço escolar com alunos que apresentam grandes dificuldades. Nos anos finais, após a construção do PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica), cada professor trabalha de forma diferenciada com os seus alunos que apresentaram alguma deficiência de aprendizagem, e eles usam os horários de modulo II individual para isso, em uma média de 4 horas semanais.

Em suma, a escola, por ser uma instituição pública, pertence a todos e cabe a todos o dever de cuidar da mesma. Dessa forma, além de oferecer o ensino formal, a Escola Estadual Dr. Querubino está aberta, nos finais de semana, para a comunidade, sendo que no sábado de manhã é usada pela Guarda Mirim, à tarde pela policia militar que dão aulas de música e de instrumento musical para a comunidade e à noite um grupo para a prática de esporte. No domingo, a escola é emprestada para fins de recreação na parte da manhã para a Igreja do Evangelho Quadrangular e a tarde para a Igreja Evangélica Batista.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira e entre eles está a gestão democrática. O art. 14 da Lei Complementar da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes educacionais e reforça esta questão da gestão democrática.

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Há vários órgãos que podem ser criados dentro da escola com o objetivo de garantir a gestão democrática e diversas ações internas, entre elas: o Conselho Escolar, o Conselho de Classe, a Associação de Pais e Mestres, a construção do PPP e o Grêmio Escolar.

Nas escolas Estaduais o processo de escolha de gestor e através de processos eletivos, onde votam os funcionários e pais de alunos.

A Escola Estadual Dr. Querubino possui o Conselho Escolar, que nós chamamos de Colegiado Escolar, que é composto por representantes de todos os segmentos da escola: quatro pais, dois professores, e dois funcionários e também tem o Conselho de Classe.

O Conselho de Classe tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, fornecendo dados de direcionamento do trabalho dos professores, equipe pedagógica e diretor.

A participação direta dos professores, pedagogos, vice-diretor e diretor é uma característica apontada como fundamental para o Conselho de Classe, bem como a efetivação dos registros em ata e fichas. As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas.

O Conselho de Classe deve contar com a participação de todos os professores que trabalham com as turmas. Essas reuniões estão previstas no Calendário Escolar para facilitar sua organização, a preparação e a participação de todo os envolvidos no processo.

Como foi possível constatar, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho, criando alternativas para tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos.

De modo geral, apesar das decisões serem tomadas dentro da escola elas devem respeitar orientações que são impostas pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e seu cumprimento são acompanhadas e supervisionadas pelos funcionários da Superintendência de Ensino.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A direção promove e valoriza a contribuição dos diversos membros da comunidade escolar. Ao mesmo tempo em que combate o autoritarismo, estimula a democracia, a cultura da participação, libera a criatividade, fomenta a responsabilidade coletiva para o sucesso da escola, aumenta o senso de propriedade e reduz o potencial de conflito. Sendo assim, o modelo de gestão da Escola Estadual Dr. Querubino, baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho de todos os envolvidos.

Os papéis que competem a cada um já vêm pré-estabelecido pelo estado, e regimentado, em um documento chamado 'Regimento Escolar', mas apesar de cada um ter o seu papel pré-estabelecido, a relação é pautada pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, para que todos possam cumprir o que lhe foi estabelecido.

Na Escola Estadual Dr. Querubino a maioria dos professores possuem curso de graduação e pós-graduação, sendo efetivos ou efetivados pela Lei Complementar Nº100/2007 e designados. A formação continuada para a melhoria da qualidade do ensino é dada através de capacitação dos professores frente aos problemas detectados, trabalho de equipe, projetos, encontros por área nos horários destinados ao cumprimento do Módulo II, reuniões periódicas para estudo do CBC com os orientadores pedagógicos da superintendência regional de ensino de ensino, e com monitoramento quinzenal dos mesmos dentro da própria escola.

Em relação à sala de aula as interações dentro dela devem basear-se em um contrato didático (onde é estabelecido claramente o papel e as regras para os envolvidos), o que não fica claro que o trabalho coletivo não é inerente ao ser humano, mas deve ser trabalhado no mesmo.

Os PCNs (1998) citam o trabalho em grupo como um importante tópico de sua constituição, pelos ganhos consideráveis ao serem incluídos nos trabalhos dentro de sala de aula. Dentre as vantagens, é possível estreitar os laços afetivos entre os alunos, possibilitar ao professor ser um facilitador e organizador das informações, o que permitirá transformar as atividades em atividades mais proveitosas.

Além disso, os alunos poderão trabalhar a cooperação para obter a solução da atividade proposta. O aluno estará inserido em uma situação onde terá que trabalhar a habilidade em se expressar assim como compreender o pensamento do colega, isso ampliará seu conhecimento a respeito da atividade proposta.

A colaboração, a cooperação, o confronto entre opiniões, deve se mediado, trabalhado pelo professor uma vez que a relação entre os alunos é tão importante quanto à interação entre adulto/criança. Os PCNs (1998) afirmam que além da interação entre professor e aluno, a interação entre alunos desempenha papel fundamental na formação das capacidades cognitivas e afetivas; explorando mais o aspecto afetivo dessas interações do que sua potencialidade em termos de construção de conhecimento.

Outro aspecto interessante se refere que as experiências práticas bem sucedidas demonstram que a busca pelo fortalecimento da parceria escola e comunidade se apresenta no atual contexto social, como um dos poucos caminhos viáveis para que as mesmas consigam superar as dificuldades que vêm enfrentando na educação de seus filhos/alunos. Para isso, a escola, vem articulando formas de organização que envolve parcerias efetivas entre família e escola.

As ações de integração entre escola e família se desenvolvem por meio de reuniões periódicas, palestras, realização de atividades culturais, colegiado escolar, celebrações, seminários, oficinas, feiras culturais e científica, Festa de Família, Feira de talentos. Todas essas formas de organização demonstram que os resultados são altamente positivos, sendo necessário lutar por sua manutenção, reforço, transformação e consolidação em atitudes permanentes e significativas que façam diferença no dia-a-dia de todos os parceiros envolvidos na educação escolar.

Durante todo o ano letivo, a escola busca a parceria da família para construir e avaliar as metodologias, os resultados das avaliações externas e internas e o trabalho prestado pela instituição. Nesta avaliação, não se avalia apenas a aprendizagem, mas a escola como um todo, em todos os seus segmentos. Tais informações servem como base para implementação do Projeto Político Pedagógico e o Plano de Intervenção Pedagógica.

7. AVALIAÇÃO

No Ensino Fundamental, a avaliação da aprendizagem é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas dos alunos, conhecimento cognitivo dos conteúdos da base nacional comum e parte diversificada, com o objetivo de detectar indicadores do desenvolvimento cognitivo e humano dos educandos.

Na Escola Estadual Dr. Querubino as formas e os procedimentos de avaliação da aprendizagem são fundamentados na Proposta Pedagógica da unidade escolar e devem ser objeto de registro para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar, tendo como base as diretrizes da SEE-MG (Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais) e SRE (Secretaria Regional de Ensino), conforme citado a seguir.

I- No Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar, serão expressos sob a forma de parecer descritivo individual, através de observação e registros contínuos no decorrer de cada etapa, sendo que a progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, está vinculada a avaliação contínua e processual, que permite o professor intervir no momento em que detectar qualquer defasagem.

II- No Ciclo Intermediário e da Consolidação, na avaliação da aprendizagem será como forma de progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, e a avaliação contínua e processual, permitindo o professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, com estratégias adequadas para garantir as aprendizagens básicas.

A progressão parcial deverá ocorrer a partir do 6º do ensino fundamental, deste para o ensino médio. Caso o aluno não consiga ser aprovado em todas as disciplinas, poderá matricular-se no ensino médio. O procedimento permite o aluno avançar, e no ano seguinte, oportuniza-los com novas estratégias de estudos para que eles consolidem as habilidades e competências básicas.

O aluno poderá se beneficiar em até três Componentes Curriculares.

A escola deverá analisar os resultados das avaliações externas para elaborar seu planejamento, com base nas matrizes curriculares, matriz de referência, PCNs, CBCs e também para a elaboração do seu Plano de Intervenção Pedagógica.

Através da elaboração do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica), a escola de também realizar diagnósticos para levantamento das necessidades a serem trabalhadas com os alunos usando metodologias diversas: reagrupamento temporário, reforço escolar, oficinas de leitura e produção textual, monitoria, hora do conto, projetos institucionais como A Mala Viajante, Metodologia CLE, agrupamentos produtivos, etc.

A escola acredita que os métodos utilizados para avaliar os educandos estão em consonância com o PPP da mesma, respeitando o tempo de cada aluno, oferecendo oportunidade de recuperação paralela, avaliando casos excepcionais de alunos com dificuldades de aprendizagens, de modo a garantir uma educação de qualidade e a progressão continuada.

Todas estas ações tomadas pela escola tem o devido conhecimento e consentimento do Colegiado Escolar, o que a certifica de que suas ações são para atender as diversas demandas da escola, conforme garante a Constituição Federal, no art. 205, e como descreve o PPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos através deste trabalho que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de fundamental importância para a escola porque nele encontramos os direcionamentos a serem tomados em relação ao processo de ensino aprendizagem, como a adequação do currículo a realidade da escola e organização da mesma.

Posto que, além de ser um instrumento, conforme a Constituição Federal de 1988, de gestão democrática, uma vez que sua construção é feita com a participação de toda a comunidade, como funcionários, professores, pais e alunos, garantindo a inclusão de opiniões diversas no mesmo e favorecendo o atendimento das diversidades encontradas na escola.

Conforme comentamos acima, através desse trabalho percebemos que apesar do PPP ter sua elaboração baseado na coletividade, não é uma tarefa simples reunir toda a comunidade escolar para definir seus próprios rumos. A maioria alega a falta de tempo em participar dos processos decisórios, outras comentam que quem recebe para dirigir a escola é o diretor.

Concluimos, com este estudo, que o processo de elaboração do PPP na escola pública é ainda uma atividade na qual muitos atores do processo educacional desconhece não apenas o seu processo de elaboração, mas também o seu conceito e os seus fundamentos.

Contudo, foi possível mobilizar a comunidade escolar e centrar a atividade da (re) construção do PPP, da Escola Querubino, na sua análise e reflexão, buscando compreender sua importância para o bom funcionamento da escola, pois, conforme menciona Lacerda (2004, p. 61) para construir o PPP, espera-se que seus atores compreendam seu significado e importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACERDA, Cecília Rosa. Projeto Político Pedagógico. **Construção, Pesquisa e Avaliação**. Fortaleza, LCR, 2004.

LOPES, Antônio José. **Do currículo que queremos ao currículo que podemos ou Do currículo que podemos ao currículo que queremos?** Centro de Educação Matemática – CEM. Editora FTD. Fórum EF 2004 – SBEM.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Matemática. Disponível em <http://www.moodle.ufop.br/file.php/5527/Parametros_Curriculares_Nacionais_-_Matematica.pdf>. Acesso em 19/02/2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 6 ed. Campinas, 1998.